



Itacolomi Participações S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório de revisão do auditor independente
em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 252KF-043-PB





Índice

	Página
Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	5
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024	11



Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Juiz de Fora, 1.406 -
Salas 601 e 602, Santo Agostinho -
Belo Horizonte (MG) Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Itacolomi Participações S.A.
Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Itacolomi Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa revisão, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.



Uma revisão de demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com a referida norma é um trabalho de asseguarção limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, na realização de indagações à Administração e outros dentro da Companhia e suas controladas, conforme apropriado, bem como procedimentos analíticos e de avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Itacolomi Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outro auditor independente, que emitiu relatório sem modificação datado em 29 de fevereiro de 2024.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8

Daniel Menezes Vieira

Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

Itacolomi Participações S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023

[Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	17	23	9.384	15.175
Contas a receber	5	-	-	3.687	4.325
Impostos a recuperar	6	5	6	166	150
Adiantamentos concedidos	7	-	-	2.774	375
Partes relacionadas	13	-	-	95	-
Outros ativos	8	-	-	510	511
Total do ativo circulante		22	29	16.616	20.536
Ativo não circulante					
Depósitos judiciais	-	-	-	83	29
				83	29
Investimentos	9	68.542	74.249	-	-
Imobilizado	10	-	-	117.128	118.833
Intangível	11	-	-	3.598	3.962
		68.542	74.249	120.726	122.795
Total do ativo não circulante		68.542	74.249	120.809	122.824
Total do ativo		68.564	74.278	137.425	143.360

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Itacolomi Participações S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante					
Fornecedores	12	3	-	4.980	1.043
Obrigações sociais	16	-	-	379	347
Obrigações tributárias	15	-	-	1.399	680
Partes relacionadas	13	-	-	312	-
Total do passivo circulante		3	-	7.070	2.070
Passivo não circulante					
Partes relacionadas	13	-	-	17	-
Provisões para riscos	17	-	-	137	68
Tributos diferidos	18	-	2	20.514	22.396
Total do passivo não circulante		-	2	20.668	22.464
Patrimônio líquido	19				
Capital social	19.1	5.301	5.301	5.301	5.301
Ágio na subscrição de ações	19.3	5.077	5.077	5.077	5.077
Reserva legal	19.4	1.060	868	1.060	868
Reserva de lucros		57.123	63.030	57.123	63.030
Total do patrimônio líquido		68.561	74.276	68.561	74.276
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	41.126	44.550
Total do passivo e patrimônio líquido		68.561	74.278	137.425	143.360

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Itacolomi Participações S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	20	-	-	37.829	49.345
Custos da energia gerada	21	-	-	(20.985)	(10.575)
Lucro bruto		-	-	16.844	38.770
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas, comerciais e gerais	22	(8)	(10)	(7.498)	(4.840)
Outras receitas (despesas)	23	-	-	6.095	(3.435)
Amortização mais valia	9	-	(1)	(5.286)	(4.486)
Resultado equivalência patrimonial	9	6.793	17.172	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		6.785	17.161	10.155	26.009
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	-	3	1.442	2.297
Despesas financeiras	24	-	-	(11)	(19)
		-	3	1.431	2.278
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		6.785	17.164	11.586	28.287
Imposto de renda e contribuição social - corrente	25	(1)	-	(2.584)	(2.167)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	25	1	-	1.858	1.347
Lucro líquido do exercício		6.785	17.164	10.860	27.467
Resultados atribuídos aos:					
Acionistas controladores	-	-	-	6.785	17.164
Acionistas não controladores	-	-	-	4.076	10.303

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Itacolomi Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	6.785	17.164	10.860	27.467
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	6.785	17.164	10.860	27.467
Resultados atribuídos aos:				
Acionistas controladores			6.785	17.164
Acionistas não controladores			4.076	10.303

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Itacolomi Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Reserva legal	Reserva de lucros	Resultado do exercício	Total atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		51	5.077	10	58.655	-	63.793	47.125	110.918
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	17.164	17.164	10.303	27.467
Distribuição de dividendos	19.2	-	-	-	(12.225)	-	(12.225)	(7.334)	(19.559)
Reserva de lucros	-	-	-	-	16.306	(16.306)	-	-	-
Reserva legal	19.4	-	-	858	-	(858)	-	-	-
Aumento de capital	19.1	5.250	-	-	294	-	5.544	(5.544)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		5.301	5.077	868	63.030	-	74.276	44.550	118.826
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	6.785	6.785	4.076	10.861
Distribuição de dividendos	19.2	-	-	-	(12.500)	-	(12.500)	(7.500)	(20.000)
Reserva de lucros	-	-	-	-	6.593	(6.593)	-	-	-
Reserva legal	19.4	-	-	192	-	(192)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		5.301	5.077	1.060	57.123	-	68.561	41.126	109.687

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Itacolomi Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		6.785	17.164	11.586	28.287
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades gerados pelas atividades operacionais					
Depreciação	10	-	-	9.477	8.474
Amortização	11	-	-	364	97
Resultado na venda de imobilizado	10.1	-	-	(6.153)	-
Resultado equivalência patrimonial	9	(6.793)	(17.172)	-	-
Indenização sinistro a receber		-	-	-	227
Baixa do ativo imobilizado	10.1	-	-	105	-
Extensão de outorga	11 e 21	-	-	-	(4.016)
Provisão para riscos	17	-	-	69	-
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber	5	-	-	638	79
Adiantamento concedidos	7	-	-	(2.399)	(369)
Impostos a recuperar	6	1	(1)	(16)	20
Depósitos judiciais		-	-	(54)	-
Outros ativos	8	-	-	1	441
Dividendos recebidos	9	12.500	12.225	-	-
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores	12	3	-	3.937	(513)
Impostos sobre a renda pagos	25	(1)	-	(2.584)	(2.167)
Obrigações tributárias	15	(1)	1	695	38
Obrigações sociais	16	-	-	32	(3)
Partes relacionadas	13	-	-	234	(112)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		12.494	12.217	15.932	30.483
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Acrécimo do imobilizado	10.1	-	-	(12.034)	(3.874)
Acrécimo do intangível	11	-	-	-	(16)
Venda de imobilizado	10.1 e 23	-	-	10.311	-
Aquisição de participação de minoritários	9	-	(5.250)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	(5.250)	(1.723)	(3.889)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Distribuição de dividendos		(12.500)	(12.225)	(20.000)	(19.559)
Aumento de capital social	19.1	-	5.250	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(12.500)	(6.975)	(20.000)	(19.559)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(6)	(8)	(5.791)	7.035
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	4	23	31	15.175	8.140
No final do exercício	4	17	23	9.384	15.175
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(6)	(8)	(5.791)	7.035

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Itacolomi Participações S.A. (“Itacolomi”, “Companhia” ou “Controladora”, e em conjunto com suas controladas, “Grupo”), sociedade anônima fechada, foi constituída em 26 de fevereiro de 2014, com sede no município de Belo Horizonte – MG. Tem como objeto social a participação em outras sociedades, como quotista ou acionista, em sociedades empresárias atuantes no setor de energia elétrica.

A Itacolomi, a partir de 30 de abril de 2014, passou a ser detentora de 57,5% das ações da Vila Real Energia S.A. (“Vila Real” ou “Controlada”), que naquela oportunidade, ainda não havia promovido a aquisição das quotas da sociedade de propósito específico (“SPE”) denominada Maynard Energética Ltda. (“Maynard”, “Sociedade” ou “Controlada Indireta”), a qual, conforme se descreverá a seguir, é a sociedade que explora ativos de geração de energia elétrica no estado de Minas Gerais.

A Vila Real, por sua vez, a partir de 2 de fevereiro de 2015, passou a ser detentora de 100% das quotas da Maynard, mediante a sucessão de quotas da sócia majoritária Novelis do Brasil Ltda., bem como a retirada do sócio minoritário.

A Maynard comercializa energia elétrica, vendida no mercado livre, por meio das suas hidrelétricas PCH Fumaça, de 10MW e PCH Furquim de 6MW que possuem autorização junto a ANEEL para geração de energia hidrelétrica com um prazo de 30 anos, podendo ser renovado ao final desse período, restando ainda 10 anos das autorizações vigentes. As CGH Caboclo de 4,42MW, CGH Funil de 4,23MW, CGH Prazeres de 3,76MW e CGH Salto de 4,51MW possuem registro junto a ANEEL com o direito vitalício a exploração.

A Administração considera que o Grupo possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base nesse princípio.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada por reunião da diretoria, em 28 de fevereiro de 2025.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, associadas às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cujos procedimentos e princípios se constituem nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis consolidadas, além das demonstrações contábeis individuais da Companhia, estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações contábeis, também preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.1 Bases de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os valores apresentados estão apresentados em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis**a) Demonstrações contábeis consolidadas**

A Itacolomi Participações S.A. incluem em suas demonstrações consolidadas todas as investidas onde exerça controle direto ou indireto, ou nas quais possua influência significativa que lhe permitam influenciar as decisões administrativas e operacionais dessas investidas. Na determinação do controle são considerados os direitos a votos passíveis de serem exercidos.

As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que tem início o controle até a data em que este deixa de existir. As demonstrações contábeis da controladora são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação das controladas, empregando práticas contábeis uniformes.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

• Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Grupo leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

O Grupo mensura o ágio na data de aquisição como:

- (i) O valor da contraprestação transferida, mais;
- (ii) O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida, mais;
- (iii) Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição, menos;
- (iv) O montante líquido (a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

• Aquisição de participação de acionistas não controladores

É registrado como transações entre acionistas. Ajustes à participação de não controladores de transações que não envolvem a perda de controle são registrados baseados no percentual de participação nos ativos líquidos da subsidiária.

b) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. Para o reconhecimento da receita, o Grupo adotou os seguintes procedimentos:

- (i)** identificação do contrato com o cliente;
- (ii)** identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- (iii)** determinação do preço da transação;
- (iv)** alocação do preço da transação; e por fim,
- (v)** reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista denominados em Reais, com alto índice de liquidez e risco insignificante de mercado.

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros na categoria custo amortizado e estão registrados pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, apurados pelo critério *pro rata temporis*, que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido do Grupo.

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

e) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo custo ou valor justo.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

f) Ativos financeiros

A classificação de ativos financeiros é baseada na sua forma de gerenciamento e em suas características de fluxos de caixa contratuais, sendo os mesmos classificados nas categorias de Custo Amortizado; Valor Justo por Meio de Resultados Abrangentes (VJORA) ou; Valor Justo por Meio de Resultado (VJR).

Os ativos financeiros do Grupo incluem basicamente o caixa e os equivalentes de caixa e as contas a receber, ambos reconhecidos considerando o custo amortizado.

g) Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: **(i)** custo amortizado; **(ii)** mensurado ao valor justo por meio de resultado. Os passivos financeiros do Grupo, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem as contas a pagar a fornecedores.

h) Imobilizado

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os gastos devidamente segregados, ocorridos pelo Grupo para a constituição de um novo ativo, incluindo, quando aplicável, os custos com financiamentos.

Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O Grupo utiliza o método e as taxas de depreciação para os itens ligados a operação de geração de energia elétrica, conforme normas definidas pelo órgão regulador do setor ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Para os demais itens, o Grupo utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, apurada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas.

A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Abaixo as taxas de depreciação por grupo adotadas pelo Grupo:

	Taxa de depreciação
Reservatórios, barragens e adutoras	4,80%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,80%
Estruturas civis usinas	5%
Máquinas e equipamentos	6,70%
Equipamentos de informática	18,50%
Equipamentos geradores de energia	4,10%
Veículos	5,80%
Móveis e utensílios	9%

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O Grupo revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Para ativos é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: **(a)** reduzindo o valor contábil alocado à unidade geradora de caixa; e **(b)** a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

j) Intangível**Custo do Intangível**

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Repactuação do Risco Hidrológico

A Administração do Grupo aprovou a adesão das PCH's Furquim e Fumaça (Maynard), detentora de autorização de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 14.052/2020, regulada pela Resolução Normativa ANEEL no 895/2020, e, por consequência desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"); renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE e não ter repactuado o risco hidrológico.

Como consequência da adesão referida no parágrafo precedente, os geradores têm direito à extensão do prazo de suas respectivas outorgas de geração por até sete anos. No caso da PCH's Furquim e Fumaça, o prazo de extensão foi de 598 e 571 dias respectivamente. A Maynard reconheceu os efeitos contábeis da extensão, após a Resolução Autorizativa da ANEEL no 14.286, em 10 de outubro de 2023, no valor total de R\$ 4.015.

k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Se o prazo de liquidação é equivalente a um ano ou menos, as contas a pagar são classificadas no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no passivo não circulante.

l) Imposto de renda e contribuição social

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O Grupo efetua a apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime de lucro presumido. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda e da contribuição social, respectivamente. Imposto de renda - calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240. Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

m) Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos quando existentes, são reconhecidos sobre outras diferenças temporárias por diferenças temporárias tributáveis referentes a exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa e diferenças de base referentes a ganho de capital. São calculados às mesmas alíquotas dos tributos correntes, os quais são esperadas no momento de sua realização.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

n) Provisões para riscos

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3. Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2024

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo.

IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- i)** O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- ii)** Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras;
- iii)** Que a classificação não é afetada pela probabilidade de o Grupo exercer seu direito de adiar; e
- iv)** Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito do Grupo de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo.

IAS/IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de um Grupo.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo.

Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3): Demonstrações consolidadas

Em julho de 2024, o IASB (International Accounting Standards Board) emitiu o documento "Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11", que incluiu pequenas alterações à IFRS 10 (Demonstrações Consolidadas), que também afeta o CPC 36 (R3) no Brasil. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais, com o objetivo de esclarecer ou corrigir questões pontuais nas normas contábeis.

Alterações principais à IFRS 10 no "Volume 11": As alterações em ****IFRS 10**** são pequenas revisões, mas com um impacto relevante na aplicação da norma e na interpretação do controle para fins de consolidação.

i) Esclarecimento sobre a perda de controle: O IASB fez um esclarecimento sobre como as empresas devem tratar a perda de controle de uma subsidiária. A norma agora deixa mais claro o momento exato em que o controle é considerado perdido. Isso é especialmente importante para transações que envolvam venda de subsidiárias ou mudança no controle de uma subsidiária. Uma revisão detalhada dos passos que devem ser seguidos para avaliar se o controle foi realmente perdido, com foco na dados em que o controle deixa de existir.

ii) Avaliação do controle quando há influências externas: A revisão também aborda situações em que o controle de uma participação pode ser afetado por influências externas, como acordos com outras Empresas ou acionistas. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo.

3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações alteradas ou emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21/ CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando o Grupo consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis.

O Grupo avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se o Grupo conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda.

A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade do Grupo de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Quando a moeda não é conversível por outra moeda na data de mensuração, o Grupo deve estimar a taxa de câmbio à vista naquela data. O objetivo do Grupo ao estimar a taxa de câmbio à vista é refletir a taxa na qual uma transação de câmbio organizada ocorreria na data de mensuração entre participantes de mercado em condições econômicas vigentes.

As alterações não especificam como o Grupo estima a taxa de câmbio à vista para atender esse objetivo. O Grupo pode usar uma taxa de câmbio observável sem ajuste ou outra técnica de estimativa.

Além disso, o IASB realizou alterações importantes na IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro para alinhar com a e fazer referência à IAS 21 revisada para fins de avaliação da conversibilidade.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida adoção antecipada. O Grupo não pode aplicar as alterações retrospectivamente e deve aplicar as disposições de transição específicas incluídas nas alterações.

O Grupo não espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas demonstrações contábeis

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis e introduziu novas exigências para:

- i)** apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- ii)** apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações contábeis; e
- iii)** melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

O Grupo deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando o Grupo aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

O Grupo espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

IFRS 7 e 9: Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 e divulgação da IFRS 7. As alterações têm como objetivo:

- i)** esclarecer que um passivo financeiro é desreconhecido na data de liquidação, ou seja, quando a obrigação relacionada é liquidada ou cancelada ou expira o passivo de outra forma que se qualifica para desreconhecimento;
- ii)** introduzir uma opção de política contábil para desreconhecer passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de pagamento eletrônico, antes da data de liquidação;
- iii)** esclarecer como avaliar as características contratuais do fluxo de caixa de ativos financeiros que incluem características ambientais, sociais e de governança e outras características contingentes semelhantes;
- iv)** esclarecer o tratamento de ativos sem recurso e instrumentos vinculados contratualmente; **(v)** exigir divulgações adicionais para ativos e passivos financeiros com termos contratuais que fazem referência a um evento contingente, incluindo aqueles que estão vinculados a ESG, e instrumentos patrimoniais classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O Grupo não espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.2 Estimativas e julgamentos contábeis

O Grupo faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado do Grupo nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	17	2	39	283
Aplicações financeiras	-	21	9.345	14.892
Total	17	23	9.384	15.175

Em 2024 as aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto ao Itaú, são remuneradas a taxas de mercado de 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,0% do CDI em 2023).

5. Contas a receber

O saldo de contas a receber consolidado é representando por energia comercializada em dezembro de 2024 pela controlada indireta, cujos recebimentos ocorreram integralmente em janeiro de 2025.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes - Receita não faturada	3.687	4.325
Total	3.687	4.325

Cumprе ressaltar que o Grupo não constitui perdas, por ser um mercado regulado, não há expectativas de perdas na realização dos ativos.

6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRF a compensar	-	-	-	18
IRPJ a compensar	5	6	146	111
CSLL a compensar	-	-	1	-
ICMS a recuperar	-	-	3	3
Outros impostos a recuperar	-	-	16	18
Total	5	6	166	150

7. Adiantamentos concedidos

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a fornecedores	2.770	373
Adiantamentos salariais	-	1
Adiantamentos para viagens	4	1
Total	2.774	375

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outros ativos

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Seguros a apropriar	510	511
Total	510	511

9. Investimentos

O quadro abaixo apresenta a composição dos saldos dos investimentos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Vila Real Energia S.A.	68.542	74.249
Total	68.542	74.249

O Grupo contratou uma empresa para realizar a avaliação patrimonial dos bens móveis e imóveis da Maynard Energética Ltda. a valor justo, quando de sua aquisição em fevereiro de 2015. O resultado do Laudo apresentou o valor justo líquido dos ativos de R\$ 147.665.

Os registros contábeis foram refletidos no valor do investimento na Maynard Energética Ltda. em R\$ 78.064, a título de “mais valia”, e no resultado do exercício de 2015 em R\$ 103.006, a título de “compra vantajosa” (R\$ 68.251 líquidos dos impostos diferidos que montaram R\$ 35.160).

A realização da mais valia e de seus impostos diferidos está sendo reconhecida proporcionalmente à realização dos ativos bens móveis e imóveis que lhe deram origem, ou seja, na proporção da depreciação correspondente. O efeito desta realização, apresentada no resultado de equivalência da Controladora em 2024 foi de R\$ 3.489 (R\$ 2.951 em 31 de dezembro de 2023), sendo R\$ 5.514 referente à depreciação de ativos imobilizados (R\$ 4.898 em 31 de dezembro de 2023), líquida de tributos diferidos no montante de R\$ 1.797 (R\$ 1.658 em 31 de dezembro de 2023).

No caso da mais valia proveniente da diferença de valor em terrenos, seus respectivos valores somente serão realizados quando o ativo correspondente for baixado por alienação ou perda parcial ou integral pela Controladora, ou quando da alienação do investimento ou do reconhecimento de perdas por parte do investidor ou controlador.

O quadro abaixo apresenta a movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Vila Real Energia S.A.
Saldo em 31 de dezembro de 2022	63.758
(+ / -) Resultado com equivalência patrimonial	17.172
(-) Dividendos recebidos	(12.225)
(+) Aquisição de participação	5.544
Saldo em 31 de dezembro de 2023	74.249
(+ / -) Resultado com equivalência patrimonial	6.793
(-) Dividendos recebidos	(12.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	68.542

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Vila Real tem participação de 99,9999% de sua controlada Maynard Energética Ltda., adquirida em 2015. A movimentação dos investimentos é apresentada a seguir:

Maynard Energética Ltda.	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	110.226
(+ / -) Resultado com equivalência patrimonial	34.101
(-) Amortização de Mais Valia	(4.472)
(+) IRPJ e CSLL sobre Mais Valia	1.521
(-) Dividendos recebidos	(19.212)
(+ / -) Dividendo desproporcional	(3.695)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	118.469
(+ / -) Resultado com equivalência patrimonial	14.486
(-) Amortização de Mais Valia	(5.286)
(+) IRPJ e CSLL sobre Mais Valia	1.797
(-) Dividendos recebidos	(20.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	109.466

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro abaixo apresenta o saldo de investimento a partir do Patrimônio Líquido das investidas em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Participação %	PL	Saldo	Participação %	PL	Saldo
Vila Real Energias S.A.	62,50%	109.667	68.542	62,50%	118.799	74.249
Total		109.667	68.542		118.799	74.249

Os principais saldos das contas patrimoniais e resultados das controladas, estão apresentadas a seguir:

Empresa	Posição patrimonial das investidas diretas						
	31 /12/2023						
	Participação %	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do Investimento	Resultado do MEP da investida direta
Vila Real Energias S.A.	62,50%	143.331	24.532	118.799	27.475	74.249	17.172
Total		143.331	24.532	118.799	27.475	74.249	17.172

Empresa	Posição patrimonial das investidas diretas						
	31/12/2024						
	Participação %	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do Investimento	Resultado do MEP da investida direta
Vila Real Energias S.A.	62,50%	137.402	27.735	109.667	10.868	68.542	6.793
Total		137.402	27.735	109.667	10.868	68.542	6.793

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

10.1 Movimentação do imobilizado (Consolidado)

Custo	Terrenos / Servidões	Reservatórios, barragens e adutoras	Estruturas Cíveis	Equipamentos Geradores de Energia	Edifício / Benfeitorias	Equip. Informática	Máquinas e Equipamentos	Ferramentas	Imobilizado em andamento (ii)	Equipamentos Eletrônicos	Móveis e Utensílios	Instalações	Veículos	Direitos Minerários - VOC	Total
Saldo em 31 de dezembro 2022	36.830	-	-	4.495	58.488	177	71.841	214	6.150	84	23	11	-	297	178.610
Adições	-	-	-	112	517	3	-	-	3.229	-	3	-	10	-	3.874
Transferências e reclassificações	-	-	-	479	-	-	2.053	-	(3.188)	-	-	656	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro 2023	36.830	-	-	5.086	59.005	180	73.894	214	6.191	84	26	667	10	297	182.484
Adições	-	-	-	-	-	1	-	-	12.033	-	-	-	-	-	12.034
Transferências e reclassificações	-	24.806	185	24.719	(18.364)	95	(23.508)	(214)	(6.971)	(84)	4	(667)	(2)	1	-
Baixa (i)	(4.158)	-	-	-	-	-	-	-	(105)	-	-	-	-	-	(4.263)
Saldo em 31 de dezembro 2024	32.672	24.806	185	29.805	40.641	276	50.386	-	11.148	-	30	-	8	298	190.255

Depreciação acumulada	Terrenos / Servidões	Reservatórios, barragens e adutoras	Estruturas Cíveis	Equipamentos Geradores de Energia	Edifício / Benfeitorias	Equip. Informática	Máquinas e Equipamentos	Ferramentas	Imobilizado em andamento	Equipamentos Eletrônicos	Móveis e Utensílios	Instalações	Veículos	Direitos Minerários - VOC	Total
Saldo em 31 de dezembro 2022	-	-	-	(477)	(36.880)	(68)	(17.702)	(10)	-	(24)	(11)	(5)	-	-	(55.177)
Depreciação	-	-	-	(454)	(5.090)	(28)	(2.866)	(19)	-	(8)	(2)	(6)	(1)	-	(8.474)
Saldo em 31 de dezembro 2023	-	-	-	(931)	(41.970)	(96)	(20.568)	(29)	-	(32)	(13)	(11)	(1)	-	(63.651)
Depreciação	-	(500)	(4)	(781)	(5.213)	(37)	(2.870)	(25)	-	(5)	(3)	(38)	(1)	-	(9.477)
Transferências e reclassificações	-	(9.857)	(65)	(8.505)	(9.245)	(43)	9.060	78	-	37	(1)	50	1	-	-
Saldo em 31 de dezembro 2024	-	(10.357)	(69)	(10.217)	(37.938)	(176)	(14.378)	24	-	-	(17)	(1)	(1)	-	(73.128)
Imobilizado, líquido 2023	36.830	-	-	4.155	17.035	84	53.326	185	6.191	52	13	656	9	297	118.833
Imobilizado, líquido 2024	32.672	14.449	116	19.588	2.703	100	36.008	24	11.148	-	13	1	7	298	117.128

(i) Em 2024, o Grupo concluiu a venda de 433,1377 hectares localizados na cidade de Ouro Preto, abrangendo as áreas Itatiaia - Gleba 1, Buraco do Soldado, Olaria e Tijucal - Gleba 1, todas situadas no município de Ouro Preto.

(iii) A composição do saldo de imobilizado em andamento é devido a construção da usina de BRC na controlada. Ao final da obra, o saldo da rubrica será destinado a devida classificação do ativo imobilizado.

No exercício de 2024, foi conduzido um estudo interno e o inventário físico nas usinas de fontes hídricas do Grupo. Este procedimento foi realizado sob a supervisão da equipe técnica interna, em conjunto com uma consultoria especializada, que realizou visitas in loco a cada uma das unidades operacionais. Durante o levantamento, foram cuidadosamente avaliados o estado de conservação dos ativos, bem como a sua vida útil, considerando as condições operacionais de cada usina. O objetivo principal deste processo foi assegurar a adequada conciliação entre os registros contábeis do ativo imobilizado e o inventário físico, garantindo a precisão e a integridade das informações patrimoniais.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

A movimentação do intangível nas demonstrações contábeis consolidadas está demonstrada abaixo:

Custo	Softwares	Direito de extensão concessão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	45	-	45
Aquisições	15	4.016	4.031
Saldo em 31 de dezembro de 2023	60	4.016	4.076
Aquisições	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	60	4.016	4.076
Amortização acumulada	Softwares	Direito de extensão concessão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(17)	-	(17)
Amortização	(9)	(88)	(97)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(26)	(88)	(114)
Amortização	(10)	(354)	(364)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(36)	(442)	(478)
Intangível, líquido 2023	34	3.928	3.962
Intangível, líquido 2024	24	3.574	3.598

(i) Repactuação do Risco Hidrológico

Em Reunião de Acionistas, realizada no dia 05 de outubro de 2021, as Acionistas ratificaram a adesão das PCH's Furquim e Fumaça detentoras da autorização de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 13.203/2015, conforme alterada pela Lei nº 14.052/2020, e regulamentada pela Resolução Normativa Aneel no 895/2020, e, por consequência, a desistência de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; a renúncia qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE.

Nos termos da Lei nº 13.203/2015, na hipótese de adesão à repactuação do risco hidrológico, os geradores têm direito à extensão do prazo das respectivas outorgas de geração por até sete anos, sendo que, especificamente no caso da sociedade, as PCH's Furquim e Fumaça tornaram-se elegíveis aos acréscimo de 598 (quinhentos e noventa e oito) dias e 571 (quinhentos e setenta e um) dias respectivamente, a partir do termo final do prazo originário da outorga de autorização, correspondente à importância de R\$ 1.308 e R\$ 2.708 respectivamente, definida e disponibilizada pela ANEEL.

A Administração adotou como política contábil o reconhecimento do benefício econômico futuro decorrente da extensão do prazo de outorga, após decisão final da ANEEL, que se materializou mediante a expedição da Resolução Autorizativa n. 14.896 de 10 de outubro de 2023. Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC-04 tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC-04, o ativo constituído pela repactuação do risco hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa disponível no entendimento da Administração, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da Aneel, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela CCEE.

O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga. Diante disso, foi reconhecido ativo intangível sob rubrica “Direito de Extensão da Concessão”, correspondente ao referido direito, em contrapartida da rubrica “Repactuação de risco hidrológico” na demonstração do resultado, no montante de R\$ 4.016 mil, o qual é o valor definido e disponibilizado pela ANEEL que o objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; a transformou em extensão de outorga por mais 1.169 dias conforme disposto no anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919/2021. A amortização deste ativo intangível ocorrerá pelo prazo em que se espera recuperar o valor contábil.

12. Fornecedores

O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de serviços e mercadorias	3	-	2.586	907
Fornecedores - Cut off	-	-	2.394	136
Total	3	-	4.980	1.043

O saldo de fornecedores é substancialmente composto pela provisão de compras de energia de contratos oriundos a entregas do mês-base dezembro de 2024, porém faturados no mês subsequente e substancialmente liquidadas.

13. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão apresentadas de acordo com as condições negociadas entre as partes.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativo - circulante		
Operacional		
BEI Brasil Energia Inteligente LTDA.	95	-
Total	95	-
Passivo - circulante		
Rateio de Gestão	-	-
NEC Energia Participações S.A. (i)	312	-
Total	312	-
Passivo não circulante		
Operacional		
BEI Brasil Energia Inteligente LTDA. (ii)	17	-
Total	17	-
Resultado		
Rateio de Gestão	-	-
NEC Energia Participações S.A. (i)	(6.419)	(3.144)
Total	(6.419)	(3.144)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Os valores referem-se ao rateio de compartilhamento de custos e despesas do Centro de Serviços Compartilhados do Grupo NEC, para as empresas participantes do grupo econômico, conforme critérios definidos pela Administração.
- (ii) A BEI realiza prestação de serviços intercompany de "O&M" referente ao reembolso de custos e despesas incorridos pelo Grupo, relacionados à operação e manutenção (O&M) das usinas do Grupo. Esses reembolsos abrangem despesas com manutenção preventiva e corretiva, conservação dos ativos, planejamento estratégico e operação remota das usinas, assegurando a eficiência e a continuidade das operações do Grupo.

14. Remuneração do pessoal chave da administração

Os administradores da Companhia renunciaram ao recebimento de remuneração contemplada nos atos constitutivos da Companhia ou, conforme aplicável, nos atos societários que registraram a sua correspondente eleição para os cargos atualmente ocupados.

15. Obrigações tributárias

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ a recolher	855	273
CSLL a recolher	381	212
PIS a recolher	19	29
COFINS a recolher	87	134
ICMS a recolher	10	-
Tributos retidos na fonte	47	31
Outras obrigações tributárias	-	1
Total	1.399	680

16. Obrigações sociais

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	118	90
Provisão de férias	135	137
FGTS a recolher	48	42
INSS a recolher	48	49
Provisão para encargos sobre férias	15	13
Outras obrigações sociais	15	16
Total	379	347

17. Provisão para riscos

O Grupo é parte em ações judiciais e processos trabalhistas perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza trabalhista, cível e administrativo.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis em cada situação já tomados são suficientes para preservar o patrimônio do Grupo, sendo suficientes as provisões para contingências registradas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os processos considerados pela Administração como de perda provável são como segue:

Consolidado	Saldo 31/12/2022	Adições	Saldo 31/12/2023
Trabalhistas	68	-	68
Total	68	-	68

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Saldo 31/12/2023	Adições	Saldo 31/12/2024
Trabalhistas	68	29	97
Cíveis	-	40	40
Total	68	69	137

Riscos judiciais possíveis

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis (i)	40	21
Tributários	461	461
Trabalhistas	256	256
Ambientais (ii)	1.318	1.083
Total	2.075	1.821

(i) Processos relacionados à indenização por danos materiais e morais alegados. Não há processo individualmente relevante.

(ii) Trata-se de discussões na esfera administrativa, referente a auto de infrações, quanto a regularização da Barragem Ribeirão Cachoeira – BRC na controlada indireta Maynard.

18. Tributos diferidos

Em 2015, foi constituída provisão do Imposto de Renda diferido, R\$ 25.853, e de Contribuição Social diferida, R\$ 9.307, sobre o ganho equivalente a compra

vantajosa pela Controlada indireta Maynard, bem como sobre as diferenças temporárias na alocação do preço de compra.

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ Diferido	-	2	14.972	16.336
CSLL Diferida	-	-	5.407	5.902
PIS e COFINS Diferidos	-	-	135	158
Total	-	2	20.514	22.396

A movimentação dos passivos diferidos é como segue:

Movimentação	CSLL	IRPJ	PIS / COFINS	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.259	17.318	168	23.744
Edifício / Benfeitorias (Realização)	(3.435)	(3.435)	-	
Alíquota	9%	25%	-	
Tributos diferidos	(309)	(859)	-	(1.168)
Máquinas e Equip. (Realização)	(651)	(651)	-	
Alíquota	9%	25%	-	
Tributos diferidos	(59)	(163)	-	(221)
Receita financeira não resgatada	519	519	-	
Alíquota de IRPJ e CSLL	9%	25%	-	
Tributos diferidos	47	130	-	176

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação	CSLL	IRPJ	PIS / COFINS	Total
Estorno tributos provisionados ano anterior	(48)	(64)	(168)	(280)
Receita não faturada			4.325	
Alíquota de PIS e COFINS sobre receita	-	-	3,65%	
Tributos diferidos	-	-	158	158
Imposto diferido sobre receita não faturada	48	73		121
Ajuste ao saldo inicial de tributos diferidos sobre Mais Valia	(36)	(100)	-	(136)
Saldo em 31 de dezembro 2023	5.902	16.334	158	22.396
Edifício / Benfeitorias (Realização)	(4.391)	(4.391)	-	
Alíquota	9%	25%	-	
Tributos diferidos	(395)	(1.098)	-	(1.493)
Máquinas e Equip. (Realização)	(895)	(895)	-	
Alíquota	9%	25%	-	
Tributos diferidos	(81)	(224)	-	(304)
Receita financeira não resgatada	(112)	(112)	-	
Alíquota de IRPJ e CSLL	9%	25%	-	
Tributos diferidos	(10)	(28)	-	(38)
Alíquota de PIS e COFINS sobre aplicações financeiras não resgatadas	-	-	4,65%	
Tributos diferidos	-	-	-	-
Estorno tributos provisionados ano anterior	(47)	(63)	(158)	(268)
Receita não faturada			3.687	
Alíquota de PIS e COFINS sobre receita	-	-	3,65%	
Tributos diferidos	-	-	135	135
Imposto diferido sobre receita não faturada	38	51		89
Saldo em 31 de dezembro 2024	5.407	14.972	135	20.514

19. Patrimônio líquido**19.1. Capital social**

Em 10/01/2023, ocorreu um aumento de capital de forma proporcional no montante de R\$ 5.250, com isso em 2023 o capital social, totalmente subscrito e integralizado passa ser de R\$ 5.301.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 2024, é de R\$ 5.301, dividido em 2 milhões de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralizadas, em moeda corrente do País e distribuídas entre os acionistas, conforme demonstrado:

Acionistas	Ações	%
NEC Operações e Participações em Energia Ltda.	1.478	74%
Polaris Participações Ltda.	522	26%
Total	2.000	100%

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19.2. Distribuição de dividendos

Durante o exercício de 2024, a Companhia distribuiu R\$ 12.500 a título de dividendos aos acionistas (R\$ 12.225 durante o exercício de 2023), que foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária (AGE).

E para os não controladores foi distribuído em 2024 R\$7.500 (R\$7.334 durante o exercício de 2023).

19.3. Ágio na subscrição de ações

Durante o exercício de 2016, os acionistas participantes realizaram o desdobramento das 50 mil ações iniciais e subscreveram 1.174 novas ações, sem valor nominal. O ágio na subscrição destas novas ações foi de R\$ 5.077.

19.4. Reserva legal

É calculada na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, deixando a sua constituição de ser obrigatória quando o seu valor atingir 20% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia alocou R\$192 (R\$858 em 31 de dezembro de 2023) das reservas de lucro para a Reserva Legal, em atendimento ao seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades por Ações.

20. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de geração de energia (i)	35.585	46.900
Receita não faturada	3.687	4.325
Vendas canceladas	(10)	
Receita bruta	39.262	51.225
(-) ICMS	-	(11)
(-) PIS	(259)	(333)
(-) COFINS	(1.197)	(1.539)
(-) Impostos sobre receita não faturada	23	3
Deduções	(1.433)	(1.880)
Receita operacional líquida	37.829	49.345

(i) O preço da energia elétrica no Brasil caiu em 2024, devido a fatores como a redução do preço do polisilício e a melhoria das condições hidrológicas. Preço da energia elétrica:

- A melhoria das condições hidrológicas, com o aumento das chuvas, levou a uma redução nos preços da energia elétrica;
- A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) reduziu a bandeira tarifária para a amarela a partir de novembro/2024, o que aliviou os custos para os consumidores.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Custos da energia gerada

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Compra de energia elétrica (i)	(8.026)	(364)
Manutenção de usinas	(3.356)	(5.732)
Custo com depreciação e amortização	(4.555)	(4.085)
Custo com pessoal	(2.386)	(2.543)
Encargos de uso da rede elétrica	(406)	(324)
Liquidação financeira CCEE	(78)	(320)
Serviços de telecomunicação	(78)	(65)
Outros custos	(2.100)	(1.1)
Direito de extensão de outorga	-	4.016
Total	(20.985)	(10.575)

(i) O aumento da rubrica de compra de energia elétrica em 2024 ocorreu devido a necessidade de adquirir um volume maior de energia em comparação com 2023, devido às projeções do fator de ajuste do MRE (GSF) da CCEE.

Em 2023, os preços da energia elétrica atingiram níveis elevados devido à seca severa e à consequente dependência da geração térmica, que possui custos mais altos. No entanto, em 2024, diversos fatores contribuíram para a redução dos preços, permitindo um ajuste nos valores praticados.

Um dos principais fatores foi a melhoria das condições hidrológicas, com o aumento das chuvas, que ampliou a oferta de energia hidrelétrica, reduzindo a necessidade de geração térmica mais cara. Essa mudança resultou em uma queda nos preços do mercado à vista, impactando também os contratos de médio e longo prazo.

Além disso, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) reduziu a bandeira tarifária para amarela a partir de novembro/2024, proporcionando alívio nos custos para os consumidores. Outro fator relevante foi a queda no preço do polisilício, insumo essencial para a produção de painéis solares, o que reduziu os custos da geração fotovoltaica e contribuiu para a queda geral dos preços de energia no país.

Diante desse cenário, a redução de preço reflete as melhores condições do mercado de energia em 2024, beneficiando tanto consumidores residenciais quanto industriais.

22. Despesas administrativas, comerciais e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Rateio de despesas administrativas (i)	-	-	(6.419)	(3.144)
Serviços de terceiros	(8)	(10)	(838)	(1.415)
Utilidades e aluguéis administrativos	-	-	(187)	(133)
Gestão CCEE	-	-	-	(4)
Viagens	-	-	(46)	(30)
Aluguel de veículos	-	-	(8)	(3)
Outras	-	-	-	(111)
Total	(8)	(10)	(7.498)	(4.840)

(i) O rateio se trata de compartilhamento de custos e despesas do centro de serviços compartilhado do Grupo NEC, para as empresas participantes do grupo econômico, conforme critérios definidos pela administração.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Outras receitas (despesas)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Venda de imobilizado (i)	10.311	-
Baixa de imobilizado vendido	(4.158)	-
Serviço de consultoria	(58)	-
Resultado com distribuição desproporcional	-	(3.697)
Perda com sinistro	-	262
Total	6.095	(3.435)

(i) Em 2024, a Controlada concluiu a venda de 433,14 hectares localizados na cidade de Ouro Preto, abrangendo as áreas Itatiaia - Gleba 1, Buraco do Soldado, Olaria e Tijucal - Gleba 1, todas situadas no município de Ouro Preto.

24. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	-	3	1.385	2.295
Outras receitas financeiras	-	-	57	2
Total	-	3	1.442	2.297
Despesas financeiras				
IOF	-	-	(6)	(6)
Juros e multa	-	-	-	(13)
Outras despesas financeiras	-	-	(5)	-
Total	-	-	(11)	(19)
Resultado financeiro, líquido	-	3	1.431	2.278

25. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita financeira não resgatada	-	-
Receita financeira resgatada	(5)	-
Base de cálculo do IRPJ	(5)	-
Alíquota de 15%	(1)	-
IRPJ - Corrente	(1)	-
Receita financeira não resgatada	-	-
Receita financeira resgatada	(5)	-
Base de cálculo da CSLL	(5)	-
Alíquota	9%	9%
CSLL - Corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1)	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL - Sociedades optantes pelo lucro presumido	2.587	2.158
IRPJ e CSLL - Sociedades optantes pelo lucro real	(3)	9
IRPJ e CSLL - Corrente	2.584	2.167
IRPJ e CSLL	(1.858)	(1.347)
IRPJ e CSLL - Diferido	(1.858)	(1.347)

a) Sociedades tributadas pelo lucro presumido

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de geração de energia	39.901	51.312
Percentual de presunção	8%	8%
Lucro presumido	3.192	4.105
Outras receitas	2.558	58
Rendimento de aplicações financeiras	1.504	1.711
Base de cálculo do IRPJ	7.254	5.874
Alíquota de 15%	1.088	881
Adicional de 10%	701	563
IRPJ - Corrente	1.790	1.445
Receita bruta de geração de energia	39.901	51.312
Percentual de presunção	12%	12%
Lucro presumido	4.788	6.157
Outras receitas	2.558	58
Rendimento de aplicações financeiras	1.504	1.712
Base de cálculo da CSLL	8.850	7.927
Alíquota	9%	9%
CSLL - Corrente	797	713
Imposto de renda e contribuição social - corrente	2.587	2.158

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Sociedades tributadas pelo lucro real

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	9.068	25.963
Ajuste à despesa (receita) nominal		
Resultado de equivalência patrimonial	(14.486)	(34.101)
Mais Valia	5.286	(4.472)
Receita (despesa) nominal	(132)	(12.610)
Estorno não realizado	(3)	9
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	(3)	9

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes - Receita não faturada	3.687	4.325
Percentual de presunção	8%	8%
Lucro presumido sobre receita não faturada	295	346
Alíquota de 15%	44	52
Adicional de 10%	4	11
IRPJ - Diferido	48	63
Percentual de presunção	12%	12%
Lucro Presumido sobre receita não faturada	442	519
Alíquota	9%	9%
CSLL - Diferida	40	47
Imposto de renda e contribuição social - diferido	88	109
Estorno provisão ano anterior	(111)	(113)
IR e CSLL Diferido s/ receita não faturada	(23)	(3)
Receita financeira não resgatada	(112)	519
Alíquota de IRPJ e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL Diferido s/ receita financeira não resgatada	(38)	176
Amortização anual do imobilizado reavaliado	5.286	4.472
Alíquota de IRPJ e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL Diferido s/ reavaliação de imobilizado	1.797	1.520
IRPJ e CSLL Diferido do exercício	1.858	1.347

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Cobertura de seguros

Seguro operacional

Em 15 de dezembro de 2024, foram renovadas as coberturas de seguro para riscos operacionais definido pelo segurado e/ou ao Limite Máximo de Garantia da Apólice (LMG), nos termos das Condições Contratuais, o pagamento de indenização por prejuízos decorrentes dos riscos cobertos, causados a Prédios, Maquinas, Móveis e utensílios, Equipamentos, Mercadorias, Matérias-Primas e Estruturas Cíveis próprias e/ou de terceiros, inclusive bens de terceiros sob guarda e/ou custódia do segurado que façam parte do Valor em Risco Declarado das Centrais Geradoras., com vigência até 15 de dezembro de 2025, no montante limite de R\$50.000 para as empresas do grupo **(i)** Brito Energética Ltda.; **(ii)** BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda.; **(iii)** GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A.; **(iv)** Pacífico Mascarenhas Ltda.; **(v)** Costa Rica Energética Ltda.; **(vi)** CEI – Energética Integrada Ltda.; **(vii)** Areal Energias Renováveis Ltda.; **(viii)** Maynard Energética Ltda.; **(ix)** Rio Novo Energias Renováveis Ltda.; **(x)** Rio Preto Energias Renováveis Ltda.; **(xi)** Triade Energias Renováveis Ltda.

Seguro de responsabilidade civil

Em 29 de novembro de 2024, foram renovadas as coberturas de seguro para riscos de responsabilidade civil conforme as condições gerais, e em conformidade com as condições especiais e particulares convencionadas na apólice, assumindo o compromisso de garantir, até o limite máximo de indenização, ou, quando aplicável, até o sublimite, limite agregado, ou limite máximo de garantia, o pagamento das quantias devidas e/ou reembolsar as despendidas, pelo segurado, nas reparações de danos materiais e/ou pessoais e/ou morais e/ou estéticos causados involuntariamente a terceiros, incluindo os custos de defesa e as despesas de salvamento e de contenção de sinistro, contanto que satisfeitas a todas as seguintes circunstâncias: **(i)** que as reparações e despesas acima aludidas sejam consequentes de riscos cobertos por este seguro, ocorridos durante a sua vigência, dentro do âmbito geográfico vinculado a cobertura correspondente, **(ii)** que as reclamações dos terceiros prejudicados tenham sido formalizadas durante a vigência da apólice, ou durante os prazos prescricionais em vigor; **(iii)** que o valor das reparações haja sido fixado por sentença judicial transitada em julgado ou decisão arbitral irrecorrível, ou ainda, por acordo entre segurado e os terceiros prejudicados, com anuência prévia e expressa da Seguradora; **(iv)** que as despesas incorridas com salvamento e contenção de sinistro, sejam comprovadas, ou, na ausência de comprovantes, confirmadas por vistoria, avaliação ou perícia técnica da Seguradora e que decorram de riscos por ele cobertos com vigência até 29 de novembro de 2025 e montante limite de R\$ 9.000 para todas as empresas cosseguradas. **(i)** Brito Energética Ltda.; **(ii)** BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda.; **(iii)** GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A.; **(iv)** Pacífico Mascarenhas Ltda.; **(v)** Costa Rica Energética Ltda.; **(vi)** CEI – Energética Integrada Ltda.; **(vii)** Areal Energias Renováveis Ltda.; **(viii)** Maynard Energética Ltda.; **(ix)** Energia Limpa Participações Ltda.; **(x)** Rio Novo Energias Renováveis Ltda.; **(xi)** Rio Preto Energias Renováveis Ltda.; **(xii)** Triade Energias Renováveis Ltda.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelo nosso auditor independente.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros**27.1 Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento em até 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros					
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	17	23	9.384	15.175
Contas a receber	Custo amortizado	-	-	3.687	4.325
Total		17	23	13.071	19.500
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	3	-	4.980	1.043
Total		3	-	4.980	1.043

27.2 Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco hidrológico e GSF (Generation Scaling Factor)
- Risco de não renovação das concessões
- Risco regulatório
- Risco socioambiental

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital do Grupo.

i) Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por ela, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos, de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

O Grupo está exposto ao risco de crédito, derivado do curso normal de suas atividades operacionais, principalmente em relação a contas receber, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos com caixas e equivalentes de caixa são administrados pela Tesouraria do Grupo de acordo com as regras de negócios e as políticas internas. Para mitigar riscos, os recursos excedentes são investidos, substancialmente, em aplicações financeiras de curto prazo e renda fixa, consideradas de baixo risco, nas principais instituições financeiras, previamente aprovadas pela diretoria.

Contas a receber com clientes

O risco de crédito com clientes, está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pelo Grupo em relação a esse risco. A análise de crédito visa minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

iii) Risco de liquidez

É o risco do Grupo não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, administrando assim os riscos de liquidez para o Grupo.

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

v) Risco hidrológico e GSF (Generation Scaling Factor)

A geração de energia elétrica do Grupo depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico.

As usinas que compõem o parque gerador hidroelétrico do Grupo participam do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), que tem como objetivo fazer com que todos os geradores participantes, comercializem o montante de sua garantia física, independentemente de sua produção real, realocando e transferindo a energia excedente dos empreendimentos que geraram acima de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo.

Quando o conjunto de usinas participantes do MRE não produz energia suficiente para atender ao somatório de suas respectivas garantias físicas, verifica-se uma situação de déficit (medido pelo risco hidrológico “GSF”) que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores, independentemente do nível de geração individual de cada usina.

Desta forma, a ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação dos geradores de entrega da energia, pode resultar na exposição ao mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”), cujos preços, nos períodos de condições hidrológicas desfavoráveis, tendem a ser elevados, podendo afetar seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

vi) Risco de não renovação das concessões

O Grupo detém a autorização da Usinas de Fumaça e Furquim e, cujo vencimento se dá em 12 de dezembro de 2034 e 26 de junho de 2035.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

vii) Risco regulatório

As atividades do Grupo são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

viii) Risco socioambiental

O Grupo está sujeito a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

O Grupo realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

O Grupo considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

28. Eventos subsequentes

O Grupo adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e a data de aprovação pela diretoria.

Entre 31 de dezembro de 2024 e essa data, a Administração não identificou eventos subsequentes que requerem reconhecimento ou divulgação em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Maria Tereza Diniz Carneiro

Maria Tereza Diniz Carneiro

Diretora

CPF: 013.460.826-77

Mauricio Aquino Halewicz

Mauricio Aquino Halewicz

Diretor

CPF: 243.285.388-10

Gisele Aparecida Rocha Nogueira

Gisele Aparecida Rocha Nogueira

Contadora

CRC-MG 115.330-O-6

CPF: 013.652.846-54

* * * * *